

ARTIGO

A “SUBVERSÃO DAS BOAS NORMAS”:

REVIS(I)TA(N)DO ERROS DA LÍNGUA PORTUGUESA (1880-1930)

BEATRIZ RODRIGUES

Doutora em História e Cultura Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Docente do Departamento de História da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO).

E-mail: bia_sic@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8784-0330>

RESUMO: No Brasil do início do século passado, debates em torno da língua portuguesa estamparam as páginas de diversas revistas e periódicos. No centro dessas discussões estavam questões referentes ao purismo linguístico, ao papel do povo na constituição do vernáculo, ao lugar dos intelectuais e escritores, à difusão de novos meios de comunicação e à integração dos imigrantes. Neste artigo, analisamos textos que foram publicados pela imprensa brasileira entre as duas últimas décadas do século XIX e as três primeiras décadas do século XX e que trazem tais temáticas à tona. A imprensa foi escolhida por ser um lócus catalisador dos debates ocorridos acerca da língua portuguesa, já que atravessava a vida intelectual naquele momento.

PALAVRAS-CHAVE: língua, história e literatura.

THE “SUBVERSION OF GOOD STANDARDS”: REVISITING PORTUGUESE LANGUAGE MISTAKES (1880-1930)

ABSTRACT: In Brazil, at the beginning of the last century, debates around the Portuguese language appeared on the pages of several magazines and periodicals. At the center of these discussions were questions regarding linguistic purism, the role of the people in the establishment of the vernacular, the place of intellectuals and writers, the dissemination of new means of communication and the integration of immigrants. In this article, we analyze texts that were published by the Brazilian press in the last two decades of the 19th century and the first three decades of the 20th century and that raise these topics in the public debate. The press was chosen for being a catalyst locus of the debates that took place on the Portuguese language, since it traversed the intellectual life at that time.

KEYWORDS: language, history and literature.

Recebido em: 30/04/2022

Aprovado em: 21/07/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2022v74p205-229>

Por que razão ha de a gente que falla portuguez escrever 'em Pae João', em vez de escrever 'em Camões'? E não seria muito preferível fallar como se escreve, em logar de escrever como se falla?

(ANTONIUS)

No Brasil do início do século passado, debates em torno da língua portuguesa estamparam as páginas de diversas revistas e periódicos. Um dos tópicos mais prementes relacionados ao assunto girava em torno do papel do “povo” na constituição e elaboração do vernáculo. Como expresso pelo questionamento produzido pelo escritor porto-alegrense, Antonius, cujas palavras transcrevemos na epígrafe acima, a norma culta se distanciava da esmagadora maioria da população, no geral analfabeta.

A despeito da indignação desse e de outros autores, não faltava, nos meios letrados, quem defendesse tal discriminação. Assim, para citar um exemplo, em publicação voltada para assuntos educacionais, Alfredo Gomes argumentava que uma escrita baseada nos costumes populares configurava “a maior e mais criminosa subversão das boas normas”, a verdadeira “anarchia no domínio ortográfico” (1917, p. 226).

Conforme Marcos Bagno, perspectivas como a mencionada por Alfredo Gomes cujo argumento aproxima o “falar certo” de comportamentos e condutas ilibadas, castas ou decentes, se identificam com práticas de caráter aristocrático inseridas em longas durações e ainda ativas nos dias de hoje.

Designadas pelos antigos gramáticos por meio do termo *consensus bonorum* ou, *consensus eruditorum*, essa forma de encarar a linguagem asseverava que “pessoas de bem, honestas, civilizadas e idôneas só podem exprimir-se, por natural consequência de seu caráter, numa língua correta, límpida, bonita e elegante”. Por sua vez, no outro lado da moeda, esses preconceitos também estipulavam que “se alguém fala ‘errado’ é porque pensa ‘errado’, ou seja, é porque é ‘errado’” (BAGNO, 2001, p. 69).

Ideias como essas foram defendidas por diversos intelectuais brasileiros, tornando-se elemento recorrente nas páginas e no contexto dos impressos nacionais. Em função disso, esse artigo enseja retomar as discussões relativas ao “falar e escrever” cujos conteúdos circularam através

de periódicos e revistas, entre fins do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX.

Nosso objetivo é delinear as retóricas que fundamentaram diversas posições relativas à língua com questões que perpassam assuntos como: argumentos a favor e contra a normatização da língua; a difusão dos “novos” meios de comunicação: periódicos e revistas impressas; a prática “corruptora” dos próprios escritores e as tentativas de se elaborar uma escrita popular.

Como se argumenta em meio ao texto, a língua é a resultante histórica de diversos fatores sociais, políticos e intelectuais. Sua feição fluida somente se encaixa em delimitações rígidas quando submetida a exercícios de poder, os quais quase nunca estão imbuídos de espírito democrático e tampouco podem se afirmar (embora o façam recorrentemente) representativos de toda a nação.

Nesse sentido, é possível argumentar, em consonância com as ideias elaboradas por Peter Burke (2010), que a padronização linguística se vincularia às dinâmicas que Norbert Elias designa por meio da expressão “processo civilizatório” (ELIAS, 2011). Na acepção do pesquisador inglês, línguas não padronizadas geralmente carregam o estigma da barbárie, uma vez que o estabelecimento dos códigos de comportamento, aí incluído o comportamento linguístico, se configurou, durante a modernidade, como um índice de “superioridade” cultural.

Desse modo, a linguagem se estabelece como lócus de disputas a partir do qual orbitam noções como selvageria, urbanidade, atraso, cultura e educação. Para boa parte de quem vivenciou esse processo (assim como para quem ainda vivencia), ater-se aos padrões e normas linguísticas constituía “uma forma de autocontrole já que o que lhes vinha ‘naturalmente’ (ou ao menos habitualmente) era uma outra variedade, como um dialeto” (BURKE, 2010, p. 105).

As questões mencionadas são importantes porque ainda dizem muito sobre nós. As contendas que serão narradas adiante, ressalvadas as peculiaridades temporais, fazem parte de um processo natural do debate linguístico que perdura até os dias de hoje. Em redes sociais como o Twitter, por exemplo, assistem-se (e travam-se) intermináveis querelas, não apenas políticas, mas também linguísticas, em que o foco se volta para supostos “erros” ortográficos, de sintaxe ou colocação pronominal, ou, ainda, para

declarações em que se destilam – propositadamente ou não – preconceitos linguísticos.

Como no passado, a língua pode articular-se a crenças estereotipadas e situações marcadas por preconceitos em suas expressões cotidianas. As opiniões sobre a língua, tanto do passado quanto do presente, circulam livremente e, ainda que muitas vezes superficiais, não podem ser interdidas por especialistas da área. Não obstante, acredita-se que os debates apresentados nesse artigo, ainda que não estejam vinculados a nenhuma instância legitimadora sobre o assunto, devem ser dados a ver, analisados e problematizados pelo profissional da história.

Neste sentido, corroboramos as ideias do historiador e filósofo alemão Jörn Rüsen (2001) de que a história, qualquer que seja ela, está interligada às carências, necessidades ou problemáticas do tempo presente e possui, portanto, uma função que é prática. Para Rüsen, um dos objetivos da história é justamente o de superar as carências humanas, fundamentar o conhecimento e suas interpretações históricas, funcionando como espécie de orientadora do presente (2001, pp. 35-36).¹

Desse modo, diferentemente do que possa supor o senso comum, a história não se limita exclusivamente ao estudo do passado, na medida em que ela forma um nexos significativo entre passado, presente e futuro. Por conseguinte, é preciso considerar as múltiplas temporalidades históricas entrelaçadas, uma vez que as diferentes dimensões do tempo só podem ser pensadas como indissociáveis.

No caso da língua em específico, torna-se cognoscível o quanto determinados preconceitos linguísticos não pertencem ao “passado eterno”, pelo contrário, estão por aí, circulando até os dias de hoje. A história da língua no Brasil importa, entre outros motivos, porque diz muito sobre quem se era no passado, mas, também, porque ilumina sobre quem se é no presente.

Para trazer tais discussões à tona, analisaremos, neste artigo, textos que foram publicados pela imprensa brasileira entre as duas últimas décadas do

¹ Jörn Rüsen desenvolveu o conceito de “consciência histórica” que pode ser compreendido como “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam a sua experiência de evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de tal forma que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.” Trata-se, portanto, de uma teoria da aprendizagem histórica que almeja refletir sobre os desafios impostos pela contemporaneidade. (RÜSEN, 2001, p. 57).

século XIX e as três primeiras décadas do século XX. A imprensa foi escolhida por ser um *locus* catalisador dos debates ocorridos acerca da língua portuguesa, já que atravessava a vida intelectual naquele momento.

As condições sociais para a profissionalização do trabalho intelectual estavam sendo edificadas por meio da proliferação de jornais e revistas e a consequente criação de empregos – mesmo que com baixa remuneração – formando um público para a literatura nacional. “Era a imprensa que dava as condições de sobrevivência e de divulgação para a produção dessa massa crescente de intelectuais brigando por um lugar ao sol” (COSTA, 2005, p. 25).

A imprensa trouxe para suas páginas temas eruditos e acadêmicos e, ao mesmo tempo, aspectos cotidianos, a maneira como a língua era falada e transformada diariamente por aqueles que nem sequer conheciam seus registros escritos. Segundo Mônica P. Velloso, “a linguagem inscreve-se na cidade e nos grupos sociais, sendo, simultaneamente, vetor e indício de conflitos e negociações. Subentende uma esfera organizacional-administrativa e outra composta pelas diversas maneiras de falar cotidianas” (VELLOSO, 2005, p. 162). Por esfera organizacional-administrativa, compreende-se a língua escrita, literária, as regras gramaticais e quaisquer outras convenções estabelecidas em torno da língua. Por outro lado, existe a língua cotidiana, que muitas vezes desconhece tais preceitos.

Corroboro a ideia da autora de que muitos registros foram perdidos e saliento que as discussões aqui apresentadas foram trazidas à tona por aqueles escritores que conseguiram chegar ao público. Ainda que não seja possível abarcar o passado por completo (nenhum trabalho historiográfico poderia fazê-lo), buscaremos por meio dos textos jornalísticos analisados apreender os debates linguísticos de outrora através de sentidos múltiplos e variados e que servirão para nossa reflexão sobre questões pungentes ainda hoje.

A LÍNGUA E A (A)NORMA(L)

Retomando novamente Peter Burke, (2010, p. 175) as maneiras de falar e defender determinados ideais quanto ao registro escrito tendem a revelar aspectos de “diferentes classes sociais” (BURKE, 1995, p. 23). A língua não é algo

passivo, mas um meio pelo qual indivíduos e grupos controlam outros grupos ou resistem a esse controle.

Desse modo, o historiador defende a ideia de que a história social da linguagem não pode ser separada da questão do poder (1995, p. 41). Ancorado no pensamento de Antonio Gramsci, defende a ideia de que existem vários tipos de gramáticas possíveis e a escolha de uma delas nunca será uma atividade neutra: “A imposição da gramática normativa é um ‘atto politico’” (BURKE, 1997, p. 244). Para Burke,

Em sentido amplo, a cultura e a língua fariam parte do que Gramsci entendia como hegemonia cultural. Corrigir a gramática ou o sotaque de uma criança, por exemplo, reforçava a manifestação de uma língua considerada dominante ou padrão. Dessa forma, tanto o ensino realizado nas escolas, quanto as atitudes em relação à língua, expressavam os valores predominantes de uma sociedade. (BURKE, 1997, p. 245).

O discurso do professor e poeta paraense Vilhena Alves,² autor de diversas obras dedicadas à língua portuguesa, já alertava, em 1896, em periódico de Belém, sobre os perigos relativos à ampliação da liberdade em matéria ortográfica. Se cada um escrevesse da forma que julgasse mais adequada, ignorando a gramática e “soltando as rédeas ao espírito anarquista”, em pouco tempo estariam todos no “campo da asneira”. Eram justamente as gramáticas que tornavam as línguas estáveis e conservavam sua pureza, impedindo que ela fosse entregue ao “pedantismo e a ignorância” (ALVES, 1896, p. 01).

Diversas são as publicações em que a tônica das proposições recai sobre as dificuldades inerentes ao ato de desvincular uma língua de suas regulamentações gramaticais. Imaginava-se uma fronteira entre instância falada e instância escrita cujos limites, uma vez perfurados, serviriam de cômodo para a desordem. Segundo essas percepções, uma coisa era a língua falada diariamente pelo povo: “rústica”, “improvisada” e “descriteriosa”. Coisa

² Francisco Vilhena de Ferreira Alves, nascido em Vigia era integrante da “Mina Literária”, associação linguística inaugurada em 1895 no Pará. Participou da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Estado e foi responsável pela “Comissão de pesquisa de documentos” e da “Comissão de estatutos e redação” da revista da instituição, no qual ocupou a cadeira número 39. Algumas de suas obras são: *Compêndio de análise moderna*: *Lexicologia e Sintática* (1895), *Gramática Portuguesa: curso superior*, (1895) *Exercícios de Português* (1900), *Seleção Literária*, (1900) dentre outras.

bem diferente era seu registro escrito: “polido”, gramaticalmente “correto” e “elevado”.

Quanto à necessidade de padronizar a língua, Machado de Assis afirmava n’*A Semana*, em 1887 (RJ), que, entre as obrigações dos escritores, figurava a necessidade de frear a influência do povo no processo de escritura. Em outras palavras, era papel do escritor “joeirar” os termos populares, selecionando o que deveria ser promovido a registro escrito no objetivo de manter a padronização:

[...] a influencia popular tem um limite; e o escritor não está obrigado a receber e dar curso a tudo o que o abuso, o capricho e a moda inventam e fazem correr. Pelo contrario, elle exerce tambem uma grande parte de influencia a este respeito, depurando a linguagem do povo e aperfeiçoando-lhe a razão (ASSIS, 1887, p. 117).

Os termos populares espalhavam-se a tal ponto que os escritores deveriam instá-los para, assim, evitar o aprofundamento da degradação linguística. A concepção de Machado de Assis era corroborada por intelectuais como Osório Duque-Estrada, que, transcorridos alguns anos da citação acima, declarava no *Correio da Manhã* (RJ) que a utilização de uma linguagem popular extrapolava os limites sociais aceitáveis. “Usos e costumes fazem lei em taes assumptos, mas est módus in rébus [...]”, como exprimiu o poeta romano Horácio, em uma de suas sátiras, “há um limite nas coisas” (ESTRADA, 1907, p. 01).

Para Duque-Estrada, existiam duas instâncias que regulavam a evolução das línguas. Uma delas era a “*popular*, corruptora, revolucionária, inconsciente”. A outra, “a *erudita*, que reage como princípio conservador, de restauração e de vernaculidade”. Na corrente popular, adotam-se “as fórmulas apanhadas no linguajar da plebe: nois chegemos, vamo ferrá uma barganha, faz muito que nois não tópa, e quejandas bellezas do mais apurado estylo acadamico”. Segundo Estrada, a corrente erudita haveria sempre de reagir contra “o elemento popular inconsciente e perturbador da pureza e das boas normas da linguagem” (ESTRADA, op. cit. p. 01).

Estrada foi autor do hino nacional brasileiro, escrito em formato parnasiano, ornado de preciosismo vocabular e de inversões na ordem do discurso – característica corrente entre os acadêmicos do século XIX. Gostava

de evidenciar, a partir de seus posicionamentos e da própria forma como escrevia, que a geração de intelectuais “puristas” não iria aderir facilmente ao processo de simplificação ou popularização da escrita. Pelo contrário, no que dependesse dele, tentariam, ao máximo, impedi-lo.

Era imprescindível colocar fim ao “liberalismo aplicado à orthographia sob a autoridade do costume popular” (RODRIGUES, 1930, p. 05). O ponto fulcral era saber de que maneira isso seria realizado. Não havia um caminho único a ser trilhado, mas muitos acreditavam que para a realização de tal empreitada, dever-se-ia destruir tudo aquilo que se opunha ao cânone das letras.

O IMPRESSO E O (MAL) ESCRITO

A ninguém passava despercebido que diversos jornais e revistas se posicionavam como adversários da pureza idiomática brasileira. Consoante alguns relatos da época, sempre enviesados pelo ponto de vista do escritor, os jornalistas não dominavam a sintaxe, a gramática e nem o vocabulário da língua. Julgavam que escrever era jogar palavras em um texto, mesmo que sem elegância ou correção gramatical.

De acordo com Cristiane Costa (2004, p. 24 e 25), a difusão da imprensa desenvolveu uma série de condições sociais que colaboraram para a profissionalização do trabalho intelectual durante a primeira metade do século XX. Como se pode perceber, mediante a leitura de artigo divulgado na revista *Careta*, ao contrário das expectativas de alguns dos intelectuais ativos na cena cultural, os principais impulsionadores das melhorias alcançadas no âmbito do trabalho letrado não se configuram, propriamente, como obras de arte ou, literatura, mas, como textos e atividades relacionadas ao jornalismo e à indústria (C.S. 1913, n.p.).

Nessa conjuntura, os “novos postos” de trabalho tornaram-se alvo de críticas cujo argumento principal salientava o fato de que a escritura jornalística, ainda que proporcionasse visibilidade e consagração aos escritores, incitava-os indiretamente ao descuido com a língua. Embora existissem focos de apoio à linguagem utilizada nos jornais e revistas –

considerada democrática e próxima ao “falar cotidiano” – uma parcela significativa do universo letrado parece tê-la rejeitado por completo.

A imprensa, de modo geral, era vista como “um grande mal – ao menos para a saúde da linguagem” (C.S. 1913, n.p.). Pouco importava se o jornalismo era considerado o sustentáculo da vida intelectual. Ele permanecia sendo, para muitos, espécie de subproduto das “belas artes”. Nesse sentido, é válido observar que aproximadamente até meados do século XX, a técnica escrita utilizada pelos jornalistas era bastante próxima da literária, tanto que a crônica, o folhetim e o artigo de fundo, gêneros mais flexíveis e aproximados do mundo literário, eram comuns. Ademais, a imprensa funcionou como espaço de divulgação de obras, já que os escritores passaram a ser reconhecidos socialmente.

Para José de Sá Nunes, cujo ponto de vista se encontra expresso nas páginas da revista *Brasiliãna*, o mal que a imprensa causava para a língua vinha de longe, pois certos jornalistas, “baldos de amor às excelências da viril linguagem portuguesa, grandemente prezada dos Camões, Bernardes, Felintos e outros, encaminham o esbelto idioma para o despenhadeiro dos barbarismos, solecismos e quejandas soezas corruptelas” (NUNES, 1925, p. 62).

Segundo Nunes, desde os próprios primórdios da imprensa que todos percebiam o modo pelo qual os “periodicistas” e “escrevedores” de jornais tratavam a língua. Quanto mais os lia, mais se arraigava a convicção de que eram eles “os mais terríveis corruptores da nossa casta linguagem” (op. cit. 1925, p. 61). José Rodrigues também argumentou em 1891, dessa vez por meio d’*A Cruzada*, periódico de São Luiz do Maranhão, que o jornal era o principal instrumento a contribuir “para a rápida barbarização da língua”:

Escrepto *aujourd’hui* aos impulsos instantâneos de penas que têm de ser rápidas na tarefa de servir diariamente ao publico uns tantos artigos e noticias, não possui o acabado de forma do livro calmamente planeado e modelado no gabinete do pensador, e do artista. É sendo o jornal o alimento comum da parte da população que lê, tendo elle até desthronado o livro, nada mais natural do que os estragos que a sua litteratura ligeira vai realisando no idioma. Quem lê o que é mal escripto e portanto mal pensado, habitua-se a fallar mal, que tambem é pensar mal. A influencia do jornal tem sido pois dissolvente entre nós [...]. Campo de batalha oferecido ao escriptor, serve para adestrar-o, mas a habilidade que n’elle se adquire é compensada por um estrago na concepção artística das cousas. Faz o dilettanti, porem mata o artista; ensina a escrever depressa, mas faz escrever mal. (RODRIGUES, 1891, n. p.).

Na ânsia por servir ao público leitor diariamente, o jornal era escrito através dos impulsos instantâneos dos profissionais. Assim sendo, seu produto não seria esmerilhado como o dos livros, acurados na forma e na grafia. Por motivos como esse que muitos registros da época declaravam o “estrago” ou a decadência que essa “literatura ligeira” causava na língua portuguesa.

No que diz respeito a essa contenda, é válido recordar a obra de João do Rio publicada em 1907: *O momento literário*. Com informações extraídas de entrevistas, o escritor esboçava um quadro difuso das percepções que constituíam o panorama literário da época. Apresento, ainda que de modo sucinto, algumas menções quanto às questões linguísticas. Afinal, o jornalismo era bom ou mau para a língua portuguesa?

Para principiar, apresento a opinião de João Ribeiro, membro da Academia de Letras, que afirmava com pesar que o jornalismo era um importante veículo a declarar guerra à linguagem clássica: “Os jornalistas com a sua técnica repentina não se podem prender por esses polimentos demorados, por essas limagens preguiçosas que não podem ir por máquina” (RIO, 1906, p. 09).

Não era o caso de supervalorizar “gramáticas ou gramaticões”, “impertinentes e molestos”, tratava-se apenas de conceber o devido lugar à escola clássica, ou seja, aquela que preza pela perfeição da forma. As outras escolas tinham direito à existência, “mas eram antes modas efêmeras, diárias, anuais, bisonhas [...]” (RIO, 1906, p. 09).

Para João Ribeiro, as novas formas escritas não passavam de “roupagens enquanto o clássico é o nu daquela nudez que o Eça queria mal velada por um manto diáfano, e outros o querem... por um capote...” (op. cit., 1906, p. 09).

Inglês de Souza declarava que fazer literatura e fazer jornalismo eram coisas diversas, tal “como fazer arquitetura e fazer engenharia”. Isso era justificado, entre outros fatores, pela forma pela qual os jornalistas escreviam. Para Souza, “se pode ser ótimo jornalista sem saber ler nem escrever” (op. cit., 1906, p. 74). Por outro lado, admitia a existência de redatores de periódicos que se contavam entre os melhores literatos (RIO, 1906, p. 74).

A ambiguidade de Inglês de Souza é semelhante à de muitos escritores entrevistados por João do Rio. Apesar do ressentimento, admitiam os benefícios advindos da imprensa. Silvio Romero (op. cit., 1906, p. 17), por

exemplo, assegurava que era graças ao trabalho com periódicos que muitos escritores aprendiam a arte da palavra escrita, justamente pela oportunidade de praticar o ofício.

Segundo muitos escritores da época, no afã da vida moderna, os jornalistas precisavam produzir em grande escala e por conta da celeridade típica da profissão, o idioma era infiltrado de erros hediondos e termos vulgares. Embora a prática jornalística estivesse associada à sobrevivência financeira, ela estava longe de ser uma profissão bem remunerada e a necessidade de complementação de renda era habitual. Mesmo escritores famosos eram polígrafos que dividiam seu tempo e força de trabalho por diversos órgãos da imprensa ou que acumulavam outros cargos profissionais (COSTA, 2005, p. 55).

Conforme assinalou Lourenço de Souza, em periódico curitibano de 1908, os escritores como um todo eram vistos como os maiores causadores dos estragos na língua, pois tinham o poder de “elevar erros diários” à categoria escrita. Por espírito de arbitrariedade e inovação, por ignorância ou por imitação de guias incompetentes, eles iam “grafando exquisitamente certas palavras, e, pois, sem o critério solidamente fundado na sciencia grammatical” (SOUZA, 1908, p. 21).

(MAUS) ESCRITORES E SEUS (MAL) ESCRITOS

Para o historiador Nicolau Sevcenko, a despeito da baixa remuneração, exigiam-se “uma facúndia e prolixidade tal dos escritores, que impediam qualquer preocupação com o apuro da expressão ou do estilo”. Essa omissão, somada aos eventuais “erros ortográficos” e à legitimação dos “dizeres populares” atribuía aos escritores de modo geral, não somente aos jornalistas, a alcunha de deturpadores da língua.

Devido à convicção de que os escritores danificavam a língua, alguns sugeriram que lhes fosse retirado o direito ao voto em assembleias na Academia Brasileira de Letras. Os acadêmicos, apesar de afamados, não eram capazes de legislar nessa matéria, pois não conheciam, de fato, a estrutura da língua: “É o erro de muita gente: sup pôr que uma grande autoridade literaria é igualmente autoridade em questões de linguagem.” Até poderia acontecer

de “reunir-se, e de facto se reúnem algumas vezes, as duas autoridades numa só pessoa: mas o contrario é que é a regra; em geral, os mais, laureados escriptores não se preocupam de orthographia, nem de problemas de linguagem” (*Pharol*, 1907, p. 01).

O poema “Pobre língua!” publicado em 1907 no periódico *O século* (RJ), expõe a ratificação desse pensamento. Nesses versos, a “nata da sabença” ou os “vultos da ciência” incorriam em erros ortográficos graves e, diante de tal fato, o que esperar dos “cidadãos incultos”?

Um membro do Illustrissimo Congresso
De Instrucção, que findou sua obra immensa,
Em um artigo dirigido á imprensa,
Desta maneira começou: “Vos peço,”

Suppondo que só tenha tido ingresso
Nessa assembléa a nata da sabença,
É o caso para que sobre o progresso
Da instrucção não se tenha a menor crença.

A lingua de Camões e de Vieira
Na terra do café, da bananeira,
A um ponto chegará de causar dó.

Si assim escrevem da sciencia os vultos,
Não admira que os cidadãos incultos
Prenunciem p'ramodee mais mió. (*O século*, 1906, p. 01).

O poema tornava evidente a impossibilidade de estabelecer expectativas quanto ao progresso da língua de Camões e de Vieira no Brasil. Os iletrados levariam nosso idioma a um estado de “causar dó” se algo não fosse feito para salvaguardá-lo: “e tudo isso em nome do que? do povo!”. Em texto assinado por Filo-Logo e publicado na *Careta* em 1912, reitera-se a ideia de que a formação do léxico da língua portuguesa remonta as duas correntes: erudita e popular. A corrente popular fazia “quasi tudo, principalmente a parte asnatica da lingua”. Já a erudita era “de utilidade inegável” e caso convenientemente empregada, eliminaria as confusões ortográficas que reinavam no país. Por exemplo, “si alguém disser...”

-F. está com bexigas.
Quem ouvir não perceberá bem de que é que se trata, pois essa expressão tanto póde significar que a pessoa está atacada de moléstia

contagiosa, como que tem nas mãos, ou nos bolsos, varias bexigas de boi ou qualquer outro bicho. Ora, a intervenção erudita põe termo á confusão:

- F. está com variola.

Quem é que não compreende logo? (FILO-Logo , 1912, n. p.).

À corrente erudita era conferido o papel regenerador da grafia portuguesa contra os “plebeísmos” diversos. Por que razão se proferia “bexiga”, termo confuso e mal-apessoado, em vez de “variola”, mais elegante e elucidativo? Era imprescindível purificar a língua de termos tão vulgares como esse, para que todos pudessem facilmente compreender.

Conforme análise do filólogo Francisco da Silveira Bueno, a língua do povo, do vulgo ou da plebe, desde tempos imemoriais, mereceu consideração menor. O seu falar sempre fora considerado corrupto e indigno das classes elevadas, tais como o clero e a nobreza. Por volta do século XVI, por exemplo, o enriquecimento da língua portuguesa era uma tendência contrária ao vulgar: “Fazia-se mister limpá-lo, escoimá-lo dos defeitos da fala do povo, consertando-lhe os aleijões fonéticos, prosódicos e semânticos, numa palavra: enriquecê-lo, mas sobretudo enobrecê-lo” (BUENO, 1967, p. 250).

Percebe-se, portanto, que para muitos, os esforços de polimento e purificação da língua portuguesa obedeceram ao velho princípio latino da luta contra a rusticidade do povo e contra os plebeísmos que ridicularizavam a língua.

A ACADEMIA (DA INCERTEZA)

Acerca do poder de jurisdição em relação à língua portuguesa, é possível refletir sobre a atuação (ou passividade) da Academia Brasileira de Letras. O cenáculo da intelectualidade literária aspirava por uma reforma ortográfica, que, aliás, parecia ser o único ponto em que concordavam. Apesar do consenso, as divergências dentro da própria instituição sobre o modo de condução da reforma eram infundáveis. Era como se o poder centralizador da instituição estivesse diluído em feixes contraditórios que a impedia de deliberar algo concreto.

Essas disputas podem ser observadas nas polêmicas ocasionadas pela reforma fonética de 1907, proposta por Medeiros e Albuquerque. A ala mais

conservadora da Academia de Letras considerava a proposta completamente inviável. Tornar o registro escrito mais próximo da oralidade não simplificava a língua de fato, pelo contrário, tornava-a mais imprecisa, já que um único termo poderia comportar mais de uma pronúncia. Carlos Maximiliano Pimenta de Laet, conhecido como Carlos de Laet, figura de prestígio e fundador da cadeira n. 32 da Academia, foi um dos maiores críticos da proposta de Medeiros e Albuquerque, publicando diversos artigos na imprensa, especialmente na seção “Microcosmo” d’*O País*, periódico do Rio de Janeiro.

O pensamento do jornalista, professor e poeta foi apontado por muitos como reacionário, tanto em relação à reforma quanto em relação ao movimento modernista que iria emergir anos mais tarde. Apesar das condenações, Laet acreditava que a reforma fonética não facilitaria o trabalho dos aprendizes, pelo contrário, “grave tem de ser o embaraço dos mestres, quando a seus discípulos houverem de explicar a cacografia acadêmica” (LAET, 1907, p. 01).

Em um de seus artigos da seção referida, Laet afirmou ser necessário amparar a “sua caduquice”, justificando os principais motivos que o faziam considerar a reforma inexecutável. Para tanto, elencava oito pontos principais que, de certa forma, resumem bem as ideias dos etimologistas, grupo que por décadas digladiou-se com os fonetistas.

O primeiro ponto era que a reforma era considerada contraproducente. A grafia fonética, ao buscar estabelecer uma equação entre o som e as letras, agia de modo aleatório. Não compreendia, por exemplo, porque suprimia-se o “h” mediano enquanto o “h” do início dos vocábulos – também sem significação – continuava a existir. Esse ato “transcende todas as raias do absurdo; e até me custa acreditar que por tal disparate hajam votado alguns homens evidentemente ilustrados” (LAET, 1907, p. 01).

Como segundo ponto, Laet afirmava que a reforma era “selvagem, ou botocuda” pois ignorava a etimologia dos vocábulos clássicos, latinos e gregos, mas não alterava as palavras de origem tupi: “Ora, isto é a mais inqualificável das inconsequências. *Physica*, por exemplo, elles não mais admitem que se escreva com y; mas *Catumby* deve conservar o seu y, por ser palavra de procedencia indígena. Pode haver coisa mais tola?”.

No terceiro ponto, aparecia que a reforma era anti-patriótica porque escancarava ao mundo a incompetência literária dos brasileiros. Diriam lá fora que a reestruturação linguística era totalmente desprovida de cultivo e saber.

Em quarto lugar, a reforma era inoportuna, na medida em que não havia consultado os mais competentes eruditos do outro lado do Atlântico e arbitrariamente legislava sobre o que era propriedade comum entre brasileiros e portugueses. “Que impressão desagradabilíssima a do monarca portuguez, quando, ao tomar um jornal brasileiro, lesse periodos cachographados a Medeiros, e em muitas palavras só respeitando a tradição do bugre!” (LAET, 1907, p. 01).

No quinto ponto, Laet afirmava que a reforma era descriteriosa. Para o poeta, o fundamento fonético era autoritário, uma vez que eliminava as várias pronúncias locais em detrimento de uma única forma considerada por eles legítima.

Em sexto lugar, a reforma era antifilosófica, “pois que no processo para a unificação das linguas, a ortografia phonetica é um regresso”. Na escolha do critério fonético, desrespeitar-se-ia a identidade, a origem e o parentesco da língua. No caso brasileiro, por exemplo, dissipava os laços com os portugueses.

No sétimo ponto, Laet mencionava que a reforma era mal fundamentada, tendo em vista que rejeitava a etimologia. Rechaçar a origem dos vocábulos em seus critérios científicos e históricos era impropriedade das mais preocupantes.

Para concluir, Laet considerava a reforma “ridícula”, visto que muitas palavras adquiriam uma fisionomia burlesca: “Quem, por exemplo, conterà o riso lendo que – o codigo civil é um cágado (com accento na primeira) – ou, aprendendo, com o Sr. Medeiros, que Machado de Assis tem – sessenta e oito anos (com um n só)?” (LAET, 1907, p. 01).

Carlos de Laet utilizou todos os argumentos possíveis para justificar o mal que a reforma fonética proposta por Medeiros e Albuquerque traria à linguagem. Tanto na fala quanto na escrita, “o principal da arte é o decoro: Caput artis est decere. Um cacófato, uma cacographia basta para inutilizar qualquer obra de arte” (LAET, 1907, p. 01).

Laet protestou intensamente contra a reforma fonética de 1907 e a alteração da fisionomia da linguagem que desrespeitava as tradições

clássicas. De fato, os pontos principais da reforma eram difíceis de ser apreendidos e colocados em prática.

Carmen Dolores, pseudônimo de Emília Moncorvo Bandeira de Mello,³ escritora, cronista, conferencista, dramaturga e crítica literária, assim como Carlos de Laet, publicou diversos artigos contrapondo-se à reforma ortográfica de 1907.

Em um deles, Dolores teceu analogia com o ramo da medicina, conjecturando a seguinte situação: um médico, desses inovadores da ciência, em um momento de fantasia, resolve suprimir certos órgãos no intuito de aperfeiçoar o corpo humano: “Para que dois pulmões, dois rins, dois olhos? Excesso organico, estupidez de creador!”. A civilização moderna mandava simplificar tudo e os indivíduos com espírito aberto às leis do progresso deveriam extirpar os órgãos em duplicata: “Viva-se com um pulmão só, um unico rim, apenas um olho – que os outros são desnecessarios”. O diálogo prosseguia após o questionamento do paciente:

- Mas, doutor, [...] eu ficarei com o aparelho pulmonar diminuído, sujeito mais depressa às nephrites e sobretudo feio, porque me tornarei caolho ...

Ao que o douto medico responderá com autoridade:

-Historias, meu amigo! Você é um atrasado! Pois a beleza e a força estão justamente na suppressão do que lhe parece essencial!
(DOLORES, 1907, p. 01)

A escritora é incisiva. Assim como os órgãos são fundamentais para o corpo humano, as letras o são para a língua, não sendo factível extirpá-los do dia para a noite. Segundo Dolores, a Academia de Letras julgava-se no direito de reformar “a orthographia da língua de Alexandre Herculano, Garret, Castilho e outros que esculpiram no bronze immortal da historia classica os moldes do portuguez verdadeiro, do portuguez puro”. (DOLORES, 1907, p. 01)

Porém, conforme assinalado em outro artigo, Medeiros Albuquerque não poderia arrogar-se a autoridade de reformar a ortografia, revolucionando completamente as bases do ensino, estragando as tradições clássicas,

³ Emília Moncorvo Bandeira de Mello contribuiu com suas crônicas e artigos no jornal *O Paiz* entre os anos de 1905 e 1910. À época, era considerada uma mulher ousada e destemida, “à frente de seu tempo”. Apesar de seu trabalho ser pouco conhecido, tem sido estudada pela literatura feminista contemporânea.

destruindo por capricho a grafia correta imposta pela origem latina (DOLORES, 1907, p. 01).

O que Carmen Dolores concebia como desrespeito à língua e à tradição, outros consideraram mais um episódio da burlesca novela ortográfica brasileira e as soluções “descabidas” encontradas pela Academia de Letras não passaram incólumes aos humoristas.

As ideias excessivamente libertárias da nova proposta, especialmente os pontos em que se suprimia algumas letras do alfabeto, não simplificavam a grafia portuguesa, apenas dilatavam suas confusões. Assim, a Academia de Letras era alvo de galhofas e descontentamentos diversos. De acordo com Osório Duque-Estrada, a forma como a instituição conduziu o processo da reforma foi desacertada, já que o problema era excessivamente dramático e não poderia ter sido deliberado de maneira rudimentar.

Apesar de possuir membros qualificados como Ruy Barbosa, Carlos Laet, João Ribeiro e Silva Ramos, a agremiação relegou justamente ao incompetente, obstinado, perigoso e “infartado parasita da Republica”, Medeiros e Albuquerque, a condução da reforma (ESTRADA, 1907, p. 01).

Não foi apenas em 1907 em meio ao processo da primeira reforma que a Academia de Letras sofreu reprovações sistemáticas. O cenáculo dos letrados foi rejeitado por décadas devido às suas ações libertadoras e descriteriosas. A instituição não mantinha credibilidade e não inspirava segurança, fato que justificava a assertiva d’*O Dia* (PR), periódico paranaense, que declarava sua incompetência. O “Petit Trianon” reunia membros que “se davam ao luxo de escrever nas horas vagas”, mas que, de fato, nunca estudaram a língua (*O Dia*, 1930, p. 01).

A falta de sistematização ortográfica e as ideias catárticas da Academia assolaram as páginas da imprensa por décadas, adentrando o início do século XX. Nem a própria instituição mantenedora do idioma nacional era capaz de conservá-lo diante de tamanha “barbarização”. Por volta dos anos 1920, a situação parecia tornar-se insustentável.

ESCREVENDO (ERRADO) SOBRE O POVO (QUE NEM LÊ)

É válido recordar que no início da década de 1920, muitos trabalhos destinaram-se a pesquisar uma linguagem brasileira. Isso incluía os coloquialismos populares, neologismos, regionalismos, gírias e jargões. Raul Pederneiras publica a *Geringonça Carioca, verbetes para um dicionário das gírias* em 1922; Antenor Nascente edita o *Linguajar Carioca* em 1922; Orestes Barbosa, o *Bambambã* em 1923 (VELLOSO, 2004, p. 208).

Com o crescimento das cidades brasileiras, as gírias tornavam-se cada vez mais comuns na linguagem dos diferentes grupos sociais. Em 1923, por exemplo, o romancista Lima Barreto intitulou de *Bruzundangas* uma de suas obras, que significa “trapalhadas” ou “confusões”, remetendo à ideia do Brasil como “República das Bruzundangas”. Lima Barreto denunciou o artificialismo dos puristas, mandarins da língua e advogou o direito dos escritores de utilizar uma linguagem informal e condizente com a realidade brasileira.⁴

A ideia de uma língua popular vulgarizou-se na década de 1920 e assumia denominações variadas: calão, gíria, geringonça e plebeísmo eram os mais comuns. Apesar dessa ampliação e diversificação, não houve uma preocupação lexicográfica em relação aos termos, que na maioria das vezes, eram registrados como exóticos, tais como as gírias dos malandros ou das favelas cariocas.⁵

Para o escritor, pintor e ilustrador Raul Pederneiras, “a geringonça, a língua verde, o patuá, ou que melhor nome tenha”, designava o calão dos malfeitores, dos vadios, da escória (PEDERNEIRAS, 2002, p. 236). A geringonça assumia frequentemente a ideia de uma classe em específico, expressando palavras de capoeiras, ciganos e ladrões.

Os dicionários de gírias criados naquele período, apesar de indicarem uma maior utilização dos termos populares, sinalizavam também para a oposição bem marcada entre língua culta e língua vulgar. Oliveira Netto em texto publicado em 1927, no periódico baiano *A Capital*, apresenta a seguinte definição para o termo calão:

⁴ Em *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* publicado em 1909, Lima Barreto instilava críticas às normas artificiais e ineficientes da língua portuguesa no Brasil.

⁵Na década de 1930, esse tipo de linguajar ganhou destaque na figura do malandro que era identificado como um dos detentores mais originais e criativos da fala brasileira. No samba *Não tem tradução* (1933) de Noel Rosa, afirmava-se: “tudo aquilo que o malandro pronuncia com voz macia é brasileiro, já passou do português” (VELLOSO, 204, p. 207).

Trata-se de um “falar pitoresco e imaginoso, costumeiro a classe baixa do povo ou como exprime Victor Hugo, na sua brilhante linguagem; é um vocabulário abjecto que goteja lama, vocabulário postuloso do qual cada palavra parece o anel imundo de um monstro do lodo e das trevas; é a lingua disforme, inquieta, dissimulada, traidora, venenosa, cruel, ambígua, vil, profunda da miséria.” (NETTO, 1927, n.p)

O escritor aproxima o calão das classes baixas e usa diversos adjetivos para desqualificá-lo: “abjeto e pustuloso”, “monstro de lodo e das trevas”, um tipo de fala “disforme, inquieta, dissimulada, traidora, venenosa, cruel, ambígua, vil e profunda miséria”. São qualificações enérgicas, sem dúvida. Adiante, Oliveira Netto afirma que tais palavras eram geralmente empregadas por criminosos e malfeitores:

[...] quem faz uso do calão são os Matta Escura, os João Pancada, os Sete Mortes, os Antonio vulgo Pente Fino, os Manoel Bem-te-vi, os Parrudo das Frades de Ferro, as Adelia do Thesouro, as Dudu do Trinta e cinco, as Alvida das Dores, enfim os carroceiros, estivadores, ganhadores, engraxates e toda a sorte de desordeiros, vagabundos e desocupados que enfestam a cidade (op. cit., 1927, não paginado).

Com a abolição da escravatura, muitos negros libertos deslocaram-se para as cidades à procura de trabalho. Houve também, por volta desse período, um crescimento no número de migrantes vindos tanto do interior quanto do exterior do país. Capoeiras, negros alforriados, migrantes e imigrantes e pessoas pobres em geral compunham a massa urbana que, não raro, era criminalizada.

A passagem do século XIX foi marcada pela perseguição aos criminosos e capoeiras (termos próximos na época), pela higienização das cidades e pela destruição de alguns espaços populares, tais como os cortiços, quase sempre identificados como sinônimos de locais de vadiagem, imoralidade e crime. Segundo Oliveira Netto, eram justamente os desordeiros, vagabundos e desocupados que “infestavam” as cidades e transformavam a língua em algo grotesco.

Ninguém sabia de onde vinham essas palavras, “mas quase sempre da sabedoria vadia dum vadio qualquer” (COSTA, 1923, n.p). Na realidade, o termo calão vem de caló, palavra em romani. De acordo com o historiador João Paulo C. S. Rodrigues, o termo originário da Índia, ao chegar à Europa, desenvolveu variantes e caló passou a referir-se ao idioma falado na Península Ibérica, onde

os ciganos instalaram-se por volta do início do século XV. O termo, mantendo sua estrutura em romani, assim como seu povo, sempre fora estigmatizado, tanto em Portugal, quanto na Espanha: “Daí que ‘calão’ tenha passado a servir para designar um linguajar impenetrável, quase secreto, restrito a um grupo marginalizado, ou que se marginaliza da sociedade.” (RODRIGUES, 2002, p. 234).

No Brasil, a palavra gíria se sobrepôs ao termo calão e manteve a ideia de vocabulário secreto empregado por certos grupos. Essas expressões, sobretudo por meio de dicionários, chegaram a ser estudadas por policiais e outros membros da segurança pública – daí a expressão “gíria de gatunos” ou “gíria de malandros”. Já o termo calão perdeu esse sentido, mantendo apenas a noção pejorativa de expressão grosseira, chula (op. cit., 2002, p. 236).

O que mortificava era a capacidade de deturpação linguística atribuída a esses vocábulos. Conforme assinalou certo escritor d'*A Cigarra* em 1925, a língua pura, ou mais ou menos pura, era privativa das classes cultas e utilizada por pouquíssimos escritores – poetas principalmente. As transformações depreciativas que, supostamente, operavam nas camadas baixas haviam atingido as classes cultas e seu poderio era irreversível:

Há uns vinte anos, quando muito, nunca uma pessoa educada arriscava uma palavra de calão a não ser para obter um efeito humorístico ou por méra chalaça. Como as boas maneiras eram mais correntes que hoje, havia, entre as pessoas educadas, uma natural repulsa contra as palavras de origem plébea. E essas reduziam-se a poucas, sendo as mais correntes as seguintes: “chuva”, “pachola”, “bilontra”, “azeite”, para significar bebado, pedante, leviano, namoro e algumas mais, que já saíram da moda para ser substituídas por outras igualmente baixas (*A Cigarra*, 1925, p. 23).

Vários termos categorizados como baixos pel'*A Cigarra*, eram títulos de periódicos brasileiros, tais como *O Azeite* e *O Bilontra*, e demonstravam justamente a receptividade da imprensa para esse tipo de linguajar. Concluía o escritor em sua crônica:

Hoje, infelizmente para os nossos créditos, o calão escalou as mais altas esferas, e já não ha ninguém, por mais escrupuloso que seja, que, levado pelo exemplo, não recorra aos mais repelentes plebeísmos, sob pretexto de que eles têm mais graça, mais pittoresco e mais vivacidade que as expressões correspondentes na linguagem culta. Esta vae

desaparecendo rapidamente, e em menos de meio século estará mumificada nos códigos e nas antropologias. (*A Cigarra*, 1925, p. 23)

De acordo com a publicação d'*A Cigarra*, os plebeísmos atingiram as mais altas esferas da sociedade e não havia nada que pudesse ser feito a esse respeito. Na “cidade das letras”, a “nata da sabença” era obrigada a conviver com o “mundo obscuro” da linguagem popular.

CONCLUSÃO

As formas escritas de finais do século XIX e início do século XX oscilaram entre o erudito e o popular, a gramática e o cotidiano, o acadêmico e o povo, entre outras denominações. Em vista disso, é preciso cuidar para não restringir o pensamento linguístico a pólos dicotômicos rígidos. Quando se pensa, por exemplo, em termos de “língua popular”, em realidade, lida-se com elementos culturais variáveis e móveis que, não raro, apresentam oscilações em torno de um mesmo termo (MELO, 1971, p. 91).

Além disso, baseado nas ideias do sociólogo francês Pierre Bourdieu, é preciso considerar que a utilização do termo “popular” remete a uma luta interna ao campo dos intelectuais. Aqueles que se sentem autorizados a falar em nome do povo, seja politicamente ou intelectualmente, buscam demarcar o seu lado do confronto, ajudando a criar de certa forma a diferença entre ambos. Essa demarcação funcionaria como estratégia discursiva, pois os que estavam mais próximos dos “dominados” teriam acesso privilegiado ao povo e maior capacidade de representá-los (BOURDIEU, 2004, p. 32).

O “falar em nome do povo”, não obstante, não significava necessariamente constituir parte dele. Da mesma forma, a chamada corrente erudita não configurava um grupo homogêneo e, tampouco, sempre se vinculava a um monopólio dos letrados. Apesar da tendência em outorgar aos acadêmicos, gramáticos e outros intelectuais o conhecimento e a competência escritora, a imagem desses, frequentemente, oscilava entre uma vertente e outra, já que eles eram tidos como os protetores e, ao mesmo tempo, os algozes do idioma.

Em língua nenhuma se conseguiu, nem se conseguirá jamais, estabelecer um sistema de escrita que seja capaz de se ajustar como uma luva à imensa variabilidade dos fenômenos vivos. Até porque, o processo de escrita constitui-se em ato seletivo marcado pela omissão de muitos falares (como os indígenas e africanos, no caso brasileiro).

Para finalizar, é válido salientar o quanto, tanto no presente quanto no passado, os debates em busca da legitimação e manutenção da língua portuguesa veiculam relações de poder e identidade. O que dizemos (ou deixamos de dizer) e a forma como o fazemos, profere muito sobre nós.

A língua não é apenas um instrumento ou uma nomenclatura, mas é matéria ativa da realidade. Ela se desenvolve historicamente e, uma vez constituída, acaba por impor aos seus falantes uma maneira determinada de encarar e organizar o mundo, ainda que existam muitos silenciamentos e formas de resistência, assunto para outras conversas.

BIBLIOGRAFIA

A REFORMA orthographica. **O Dia**, Curitiba, n. 2443, 11 jan. 1930.

ALVES, V. A utilidade das grammaticas. **Folha do Norte**, Belém, n. 79, 19 mar. 1896.

ANTONIUS. A orthographia. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, n. 43, 21 out. 1916.

ASSIS, M. de. A lingua. **A Semana**, Rio de Janeiro, n. 144, 01 out. 1887.

BOURDIEU, P. Usos do Povo. In: **Coisas ditas**, São Paulo: Brasiliense, 2004.

BUENO, F. da S. da. **A formação histórica da língua portuguesa**. São Paulo, Saraiva, 1967.

BURKE, P. **A Arte da conversação**. São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BURKE, P. **Linguagens e comunidades nos Primórdios da Europa Moderna**. São Paulo: Unesp, 2010.

BURKE, P. **História social da linguagem**. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.

CHRONICA. **A Cigarra**. São Paulo, n. 257, mar. 1925.

COSTA, C. **Pena de aluguel**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- COSTA, N. A lingua que falamos. **A.B.C**: Politicas, Actualidades, Questões Sociaes, Lettras e Artes. Rio de Janeiro, n. 433, 23 jun. 1923.
- DOLORES, C. A Semana. **O Paiz**, Rio de Janeiro, n. 8326, 01 jul. 1907
- ELIAS, N. **O processo Civilizador**. V.1: uma história dos costumes. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- ESTRADA, O. D. A ortographia academica. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 3034, 17 mai. 1907.
- FILO-Logo. Questõez grammaticaes. **Careta**, n. 209, 01 jun. 1912.
- GOMES, A. Ortographia uniforme. **A Escola Primaria**, Rio de Janeiro, n. 08, 01 mai. 1917.
- LAET, C. de. Microcosmo. **O Paiz**, Rio de Janeiro, n. 8330, 25 jul. 1907.
- LAET, C. de. Microcosmo. **O Paiz**, Rio de Janeiro, n. 8337, 01 ago. 1907.
- MELO, G. C. [1946]. **A língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.
- NETTO, O. Pela cidade: o calão. **A Capital**. Bahia, n. 82, 01 jan. 1927.
- NUNES, J. de Sá. Consultório de Advocacia Gramatical. **Brasiliana**, Rio de Janeiro, n. 01, jan. 1925.
- PEDERNEIRAS, R. **Geringonça carioca**. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1922.
- POBRE lingua! **O seculo**, Rio de Janeiro, n.50, 16 out. 1906.
- RIO, J. do [1906]. **O momento literário**. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor, s/d.
- RODRIGUES, F. C. A Reforma ortogrâphica. **Estado de Goyaz**, n. 89, 05 fev. 1930.
- RODRIGUES, J. Prosas e Glosas. **A Cruzada**, São Luiz do Maranhão, n. 92, 31 jan. 1891.
- RODRIGUES, J. P. C. de S. **A pátria e a flor**: língua, literatura e identidade nacional no Brasil, 1840-1930. Campinas, 2002. 314f. Tese (Doutorado em História) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- RÜSEN, J. **Razão Histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- SOUZA, L. de. A Reforma da escripta. **A Escola**, Curitiba, n. 01, mar. 1908.
- VELLOSO, M. P. Falas da cidade: conflitos e negociações em torno da identidade cultural no Rio de Janeiro. **ArtCultura**, Uberlândia, v.7, n.11, jul. – dez. 2005.

VELLOSO, M. P. Triunfos as ondas do mar: linguagens e espaços urbanos no Rio de Janeiro. In: PESAVENTO, S. J. (Org.) **Escritas, linguagens, objetos:** leituras de História Cultural. Bauru: EDUSC, 2004.